

## Políticas públicas e trabalho docente no contexto da Educação Básica e Profissional

### Policies and teachers' work in the vocational education

### Políticas educativas y labor docente en el contexto de la educación básica y profesional

Recebido: 08/07/2022 | Revisado: 16/07/2022 | Aceito: 17/07/2022 | Publicado: 25/07/2022

**Letícia Ramalho Brittes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0279-2713>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Brasil

E-mail: [leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br](mailto:leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br)

**Laila Azize Souto Ahmad**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9109-453X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Brasil

E-mail: [laila.souto@iffarroupilha.edu.br](mailto:laila.souto@iffarroupilha.edu.br)

#### Resumo

O presente artigo é parte de uma pesquisa que tem como objetivo analisar como um conjunto de políticas educacionais produzidas a partir da década de 1990 exerce efeitos de sentido a partir de seus discursos oficiais sobre o trabalho de docentes vinculados à educação básica e profissional. A orientação metodológica foi abordagem qualitativa do tipo estudo bibliográfico. Frente ao exposto, é possível constatar que o apelo hegemônico das políticas educacionais contemporâneas é de que a educação profissional dá melhores resultados quando conta com a participação direta do setor privado em seus processos pedagógicos, financiamento e gestão. Diante disso, buscou-se investigar o que vem determinando o conteúdo das políticas para a educação profissional? Consenso entre organismos internacionais, setores do governo, empresários ou participação efetiva da comunidade escolar na definição de tais? Diante de tal conjuntura, expressa-se a necessidade de maior autonomia por parte dos docentes e menor controle sobre a participação da comunidade escolar na tomada de decisões dos sujeitos inseridos no processo educativo. Conclui-se assim que uma educação libertadora é aquela que abre espaços para a democratização dos processos de ensinar e aprender, esta seria uma valiosa alternativa para rompermos com a lógica vigente.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais; Educação básica e profissional; Trabalho docente.

#### Abstract

This article is part of a research and it aims at analyzing how a set of educational policies from the 1990 decade produces meaning effects from official discourses to the vocational educational teachers' work. The methodological orientation was a qualitative approach of the bibliographic study type. Therefore, it is possible to verify that the hegemonic appeal of current educational policies is that they give better results when they have the direct participation of the Market in their pedagogical, financing and management processes. So, we sought to investigate what has been determining vocational education policies' agenda? Consensus among international Market, school government power, or community participation definition of such? Faced with all conjuncture, the need for greater autonomy on the part of teachers and less control over the participation of the school community in decision-making of those inserted in the educational process is expressed. Finally, it was concluded that an education is one that opens spaces for the democratization of the teaching and learning processes, and it would be a useful lesson to break with current global logic.

**Keywords:** Educational policies; Vocational education; Teachers' work.

#### Resumen

Este artículo es parte de una investigación y tiene como objetivo analizar cómo un conjunto de políticas educativas producidas a partir de la década de 1990 ejercen efectos de sentido a partir de sus discursos oficiales sobre el trabajo de los docentes vinculados a la educación básica y profesional. La orientación metodológica fue un abordaje cualitativo del tipo estudio bibliográfico. En vista de lo anterior, es posible verificar que el atractivo hegemónico de las políticas educativas contemporáneas es que la educación profesional da mejores resultados cuando cuenta con la participación directa del sector privado en sus procesos pedagógicos, de financiamiento y de gestión. Frente a eso, buscamos investigar ¿qué viene determinando el contenido de las políticas de formación profesional? ¿Consenso entre organismos internacionales, sectores gubernamentales, empresarios o participación efectiva de la comunidad escolar en su definición? Ante tal coyuntura, se expresa la necesidad de mayor autonomía por parte de los docentes y menor control sobre la participación de la comunidad escolar en la toma de decisiones de los sujetos insertos en el proceso educativo. Se concluye que una educación liberadora es aquella que abre espacios para la democratización de los procesos de enseñanza y aprendizaje, esta sería una valiosa alternativa para romper con la lógica actual.

**Palabras clave:** Políticas educativas; Educación básica y profesional; Trabajo docente.

## 1. Introdução

O artigo tem como foco investigar a relação entre algumas políticas públicas educacionais e o trabalho de docentes vinculados à educação básica e profissional, culminando a análise na proposta de educação profissional e seu estreitamento de laços com o setor produtivo e os efeitos que esta aproximação pode gerar à organização do trabalho desses profissionais.

Para o ensino médio considerado regular, ou seja, para a modalidade destinada a adolescentes em idade “certa” nas etapas de escolarização, lança-se uma proposta claramente baseada na revelação e aprimoramento de talentos, com a antiga promessa de garantia ao ensino superior e do emprego idealizado ao longo da trajetória estudantil do sujeito. Nessa concepção tem-se o perfil do estudante como futuro empreendedor, cujo sucesso de suas ações baseia-se na lógica meritocrática, baseada na noção de *darwinismo social*.

Já para os jovens e adultos trabalhadores, conforme as recomendações do Banco Mundial, tem-se a proposta de eliminação do analfabetismo e aumento da eficácia do ensino. Para a educação profissional, sugere-se o estreitamento de laços do ensino com o setor produtivo, facilitando o desenvolvimento de ações de ordem público-privada como ferramenta para se atingir a qualidade e a eficiência no treinamento profissional. Finalmente, defende-se que a educação profissional oferece melhores resultados quando permite a participação direta do setor privado em sua administração, financiamento e direção.

No ensejo de tais determinações, tem-se a produção da Lei n. 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, diante dos imperativos das políticas internacionais e da reabertura democrática do país, sofreu influência de interesses diversos, mesclando em suas normativas ambiguidades, dissonâncias e incompatibilidades no campo discursivo.

O recorte temporal para escrita deste artigo corresponde à década de 1990, período em que, pela influência das decisões de organismos internacionais, são introjetadas no cenário educacional políticas públicas cuja orientação estava baseada nos pressupostos do ideário neoliberal<sup>1</sup>. Esse movimento redefiniu a política educacional brasileira, configurando um novo papel para o Estado em relação à educação, o que implicou em novas configurações da gestão escolar, do currículo e do trabalho docente.

## 2. Metodologia

Para a escrita do artigo escolheu-se a abordagem qualitativa, que se apresenta própria para os estudos em educação, tendo em vista que propicia uma maior interação entre pesquisadores e os temas abordados, na medida que não se pauta por um rigor cartesiano absoluto. Ao contrário, permite ser modificada no percurso da pesquisa, garantindo que os sujeitos tenham primazia no desenvolvimento do trabalho. Frente ao exposto Flick (2009, p. 23) destaca que “[...] a maior parte dos fenômenos não [podem] ser estudados de forma isolada é uma consequência da complexidade destes fenômenos na realidade”. Desse modo, a abordagem qualitativa respeita a complexidade dos fenômenos sociais e não busca generalizações, causas e efeitos para a sua compreensão, ainda não visa à quantificação dos dados produzidos.

O artigo foi elaborado com base na pesquisa bibliográfica, entendida como uma sistemática de produção de conhecimento, pois tem sua base de estudos na análise de materiais já produzidos como destaca Gil (2010), frente a isso para elaboração do artigo, pode-se buscar materiais já produzidos na área das políticas públicas, legislações, bem como trabalhos acadêmicos que dialogam com a problemática ora apresentada nesse trabalho.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (Sousa, et al., 2021, p. 66).

---

<sup>1</sup> De acordo com Ball (2014) o sentido de neoliberalismo “reconhece tanto as relações materiais quanto as sociais envolvidas, que são, ao mesmo tempo, o foco neomarxista sobre a “econimização” da vida social e da criação de novas oportunidades de lucro” (Ball, 2014, p. 25).

Para tanto, criou-se uma sequência de fases, quais sejam: seleção do material mediante o critério da abordagem do tema em consonância com a perspectiva teórica escolhida, centrada em estudos relativos às políticas educacionais, trabalho docente, educação básica e profissional, essas foram as palavras-chave que foram utilizadas nos buscadores como: a) Períodos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) b) *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizarmos as palavras-chave, acima encontramos inúmeros trabalhos entre os anos de 2000 a 2010 recorte temporal utilizado na busca de dados, visto que, a educação profissional passou por diversas transformações após 2008<sup>2</sup>.

A seleção começou através da leitura dos resumos dos trabalhos encontrados, passou-se a seleção dos que tinham convergência com a problemática do artigo e o referencial teórico utilizado pelos pesquisadores. Diante disso, selecionou-se um número menor de trabalhos que convergiam com a perspectiva teórica proposta nesse artigo, quais sejam eles: Hypolito & Pizzi (2002); Dagnino (2004); Secchi (2009) e Ball (2010)<sup>3</sup>. Ao selecionados os trabalhos, iniciou-se a leitura com fichamento de ideias centrais; análise das categorias (palavras-chave) no material fichado; aprofundamento dos temas em novas leituras; e, por último, sistematização entremeando os estudos realizados com as descobertas e análises dos autores.

Como procedimento de análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, com base em Bardin (2006), análise de conteúdo é:

*Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens* (Bardin, 2006 p. 42, grifo da autora).

Isso exigiu uma elaboração de categorias *a priori* e a análise a partir do material bibliográfico. Tal metodologia visou nesta investigação um rigor científico marcado pela atenção aos detalhes, análise acurada das categorias e sistematização embasada nos estudos realizados até então.

### 3. Resultados e Discussão

Harvey muito bem define o neoliberalismo como "o lugar de uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livres comércios" (2008, p. 12). Ao encontro do que sustenta Harvey, Shamir destaca que o neoliberalismo

[...] não é tratado como uma doutrina econômica concreta nem como um conjunto definido de projetos políticos. Em particular, eu trato o neoliberalismo como um conjunto complexo, frequentemente incoerente, instável e até mesmo contraditório de práticas, organizadas ao redor de certa ideia do "mercado" como uma base para "a universalização das relações sociais baseadas no mercado, com a penetração correspondente, em quase todos os aspectos de nossas vidas, do discurso e/ou da prática da mercantilização, acumulação de capital e obtenção de lucro" (Shamir *apud* Ball, 2010, p. 486).

Diante dos antagonismos situados em torno do neoliberalismo, o Brasil vivenciou o momento conturbado de reabertura política. A palavra democracia soava como reivindicação de liberdade e participação das camadas populares nas decisões do Estado. No entanto, o ideário neoliberal adentrou este cenário, forjando espaços para se instalar nos governos de modelo social democráticos. Com a fusão da reorganização democrática no país e da implementação de políticas neoliberais nas instituições públicas, o resultado de tal ação não poderia ser outro senão o de uma *confluência perversa*<sup>4</sup>, visto que se trata

---

<sup>2</sup> A partir da lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Lei 11. 892/2008.

<sup>3</sup> Salienta-se que, existem outros trabalhos selecionados, porém como recorte para escrita do artigo, foi escolhido para discussão os que citados acima.

<sup>4</sup> Expressão usada por Dagnino (2004) para designar a fusão dos dois projetos políticos em questão.

de dois projetos políticos antagônicos: de um lado, um projeto cujo enfoque é democrático, de natureza participativa; de outro, um projeto de enfoque produtivo, baseado na cultura da organização-empresa, cujo motor de suas decisões é o capital.

Como fruto desse contexto, com a luta pela democratização das escolas cuja conquista resultou na descentralização da gestão, percebe-se que esse movimento denotou uma polissemia do termo democracia. De um lado, a gestão passa a ser democrática o que inclui a participação da comunidade escolar nas decisões da escola, de outro, percebe-se um projeto de apelo participativo sendo organizado por políticas externas que buscam a atuação mínima do Estado nas questões educacionais, por intermédio de um processo de desresponsabilização estatal.

Assim, essa dualidade de interesses remete-se ao que Antunes irá denominar *fetichização da democracia*, que corresponde ao culto à sociedade democrática como uma instância realizadora da utopia do preenchimento, capaz de desenvolver a “crença na desmercantilização da vida societal e no fim das ideologias” (Antunes, 1995, p. 165).

No contexto educacional, o conhecimento ocupa lugar de destaque enquanto força produtiva, o que impõe o modelo de acumulação flexível<sup>5</sup> pautado na teoria das competências em que o modo de organização do processo produtivo baseia-se na qualificação multifuncional. A crise estrutural desencadeada a partir da década de 1970 vem sendo marcada pela transição do regime de acumulação fordista para o da acumulação flexível, pela crise do *Estado de Bem-estar social*, defesa de um Estado Mínimo e desregulação da economia, tendo o mercado como regulador das relações sociais e a livre concorrência como engrenagem desse processo.

Nesse contexto, apresenta-se o predomínio dos regimes neoliberais e neoconservadores, o avanço tecnológico e as novas formas de organização do trabalho. No que diz respeito à organização da gestão educacional percebe-se forte influência do enfoque gerencialista que, além de seguir o movimento internacional pela reforma do Estado, tem buscado a eficiência administrativa conforme as determinações dos organismos internacionais, no caso específico da gestão da educação, pode-se constatar que o desenvolvimento das políticas públicas na lógica gerencial, em acordo com Maués, tem atuado

no processo de institucionalização das determinações dos organismos internacionais que veem na educação um dos meios para a adequação social às novas configurações do desenvolvimento do capital. Esses organismos, como é o caso do Banco Mundial, têm exigido dos países periféricos programas de ajuste estrutural visando à implementação de políticas macroeconômicas, que venham a contribuir com a redução dos gastos públicos e a realocação de recursos necessários ao aumento de superávits na balança comercial, buscando com essas medidas aumentar a eficiência do sistema econômico (Maués, 2003, p. 10).

Nesse sentido, percebe-se que as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa são priorizadas, enfatizando-se o princípio da não intervenção estatal na economia, o que, de fato, corrobora com a implementação de políticas públicas que não se estendem aos aspectos sociais, gerando-se assim um descompromisso com os sujeitos envolvidos no processo educativo. Assim é que, na ótica gerencialista, a participação popular fica restrita ao nível dos discursos oficiais, como figuração, apenas objetificada no apelo vocabular das normativas.

O gerencialismo quando atrelado à educação, gera um movimento de enfraquecimento dos processos de gestão mais participativos e democráticos e, conseqüentemente, um desgaste nas condições de trabalho dos professores, o que caracteriza um retrocesso no cenário educacional, configurando um *neoconservadorismo*, com a continuidade de práticas com fins econômicos acompanhadas por um vocabulário de apelo democrático.

De fato, alguns métodos gerencialistas insistem em adentrar espaços educacionais, especialmente na gestão do campo econômico-financeiro. Isto evidencia-se principalmente através das iniciativas de parceria público-privada, que são

---

<sup>5</sup>Conforme Antunes, “[...] o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.” (1995, p. 175).

estabelecidas no contexto escolar com a justificativa de promover a “qualidade de ensino”. No entanto, o que preocupa é o sentido atribuído à expressão ‘qualidade da educação’. O que realmente pode ser considerado como qualidade?

As políticas para a educação, inseridas no contexto neoliberal, têm incluído o princípio da competência do sistema escolar, ao mesmo tempo em que propõe modelos gerencialistas de avaliação do sistema. Nesses termos, o vocábulo “qualidade” é ressignificado, passando a atender objetivos mercadológicos.

No campo da educação, o conteúdo dos discursos hegemônicos na luta pela qualidade de ensino é importado do campo produtivo, reforçando a lógica e a mística da igualdade de mercado, do “deus mercado”. A ideologia da qualidade total, fortemente reificada na lógica de mercado, age tanto no campo administrativo-organizacional do processo de trabalho escolar e docente como na reprodução de um 'novo modelo disciplinador menos visível' dos próprios agentes envolvidos no processo de ensino. Isto é, as políticas neoliberais para a organização da educação têm sido orientadas, em boa parte, para uma conformação (mercadológica) crescente da subjetividade dos agentes educacionais e de sua cultura de trabalho (Apple, 1989) (Hypolito & Pizzi, 2002, p. 278).

Diante desses embates, chega-se às propostas educacionais para o novo século, todas embasadas em pressupostos internacionais sob o enfoque democrático. Assim é que em 1993, na IV Reunião de Ministros da Educação da América Latina e do Caribe – PROMEDELAC, apresenta-se a seguinte constatação:

O êxito dos países da região, para se inserir na economia internacional, dependerá, em grande parte, da modernização de seus sistemas educacionais e das melhorias que estes possam introduzir nos processos educativos. É necessário assegurar uma educação básica de qualidade para todos os educandos. Os países da região não estarão em condição de enfrentar os desafios do século XXI se não alcançarem antes a base educacional, que lhes permita uma inserção competitiva no mundo (PROMEDLAC, 1993).

O apelo à inserção competitiva no mundo aliado à minimização do papel do Estado abrem caminhos para a implementação do enfoque neoliberal no cenário educacional, através da expectativa de que a reforma da escola presuma a reforma do Estado. Nesse sentido, todos os problemas de falta de desenvolvimento do país poderiam ser justificados pelas falhas nos projetos educacionais. Assim, como forma de possível superação econômica do país, duas medidas emergenciais foram traçadas: a) a eliminação do analfabetismo; b) aumento da eficácia do ensino e do seu rendimento.

No caso da educação profissional, indica o estreitamento de laços com o setor produtivo, fomentando os vínculos entre setor público e privado como estratégia de base para a meta da qualidade e eficiência no treinamento profissional. Afirma-se que a educação profissional dá melhores resultados quando conta com a participação direta do setor privado em sua administração, financiamento e direção.

Assim, a prioridade da educação profissional restringia-se em formar trabalhadores adaptáveis, capazes de adquirir novos conhecimentos sem dificuldades, atendendo à demanda da economia. Diante disso, o que determinava o conteúdo das políticas para a educação profissional? Consenso entre organismos internacionais, setores do governo, empresários ou participação efetiva da comunidade na definição das políticas? Ao encontro da problemática destaca-se que, “as políticas são repletas de emoções e tensões psicossociais. Elas podem ameaçar ou perturbar a autoestima, o propósito e a identidade. Elas podem entusiasmar, deprimir ou afligir, [...] [além disso] as políticas são permeadas por relações de poder. (Ball, et al., 2021, p. 33).

Para tanto, um marco para a educação do novo milênio foi a Conferência Mundial de Educação para todos que se realizou em 1990 em Jomtien, na Tailândia. Esse movimento foi financiado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento) e pelo Banco Mundial. Entre os protagonistas da conferência destacam-se os governos das nações, agências internacionais, ONGS

(Organizações não Governamentais) e associações profissionais. Assim, os 155 governos envolvidos assumiram o compromisso de assegurar uma educação básica de qualidade, incluindo-se aí a educação de jovens e adultos.

Percebe-se com isso que, ao lado do Estado, outras organizações são elencadas para a realização das propostas educacionais, pois o que passa a estar em jogo é a paz mundial que, segundo Evangelista, tratava-se da “[...] paz necessária a ser assegurada pelo investimento que todos os países devem despende na educação” (Shiroma, et al., 2007, p. 52).

O primeiro aspecto conflituoso do documento expressava-se na expressão “para todos”, pois com esse apelo era evocado a tradição dualista que marcou a história da educação brasileira, diante da constatação de que deveria haver uma educação direcionada às especificidades dos diferentes estratos sociais. Assim, perpetuava-se a organização de um tipo de ensino para as camadas com maior poder aquisitivo e outra educação que atendesse às necessidades mais peculiares das camadas empobrecidas.

Frente às determinações das nações envolvidas na conferência de Jomtien, o Brasil manifestou-se favorável à aplicabilidade dessas normativas nas políticas educacionais do país. Prova disso foram os inúmeros decretos, resoluções e medidas provisórias, ou seja, legislações que foram normatizadas neste período em consonância com os acordos de Jomtien aliados aos grandes interesses internacionais.

Outro documento que merece destaque foi o desenvolvido pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), também em 1990, intitulado *Transformação Produtiva com Equidade* que apresentava para o campo educacional a necessidade de mudanças demandadas pela reestruturação produtiva. A esse respeito Shiroma, et al., (2007) destacam que, neste documento,

recomendava-se que os países da região investissem em reformas dos sistemas educativos para adequá-los a ofertar os conhecimentos e habilidades específicas requeridas pelo sistema produtivo. Eram elas: versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adaptar-se a novas tarefas e habilidades como cálculo, ordenamento de prioridades e clareza na exposição, que deveriam ser construídas na educação básica (2007, p. 53).

De fato, a preocupação desse documento centrava-se nos resultados obtidos na aprendizagem. Esses resultados deveriam ser revertidos em bom desempenho no campo produtivo. Já o desempenho relativo à formação da cidadania deveria convergir e incidir sobre este processo de adaptação flexível ao mundo do trabalho.

Ao encontro de tais proposições tem-se ainda as determinações da UNESCO através da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tratava-se do Relatório Delors redigido no período de 1993 a 1996. Esse documento é de fundamental importância para se compreender o funcionamento das políticas educacionais atuais, principalmente as destinadas à educação básica, técnica e tecnológica.

Assim, o documento destaca as principais metas que deverão ser alcançadas na formação dos estudantes inseridos no quadro educacional do “novo século”.

- Tornar-se cidadão do mundo, mantendo a ligação com a comunidade;
- Mundializar a cultura, preservando as culturas locais e as potencialidades individuais;
- Adaptar o indivíduo às demandas de conhecimento científico e tecnológico, mantendo o respeito a sua autonomia;
- Conciliar a competição à cooperação e à solidariedade;
- Respeitar as tradições e convicções pessoais e garantir abertura ao universal.

Diante de tais pressupostos, para educação profissional, sugere-se o estreitamento de laços do ensino com o setor produtivo, facilitando o desenvolvimento de ações de ordem público-privada como ferramenta para se atingir a qualidade e a eficiência no treinamento profissional.

## Governança e Gerenciamento organizacional e seus efeitos sobre a EPT

Este artigo pretende ir além da análise dos determinismos econômicos, embora a influência econômica seja uma das principais diferenças constitutivas no processo de análise da educação profissional, devido ao estreitamento existente entre a modalidade e o mundo do trabalho. Nessa conjuntura, já não se pode entender o Estado como um Aparelho Ideológico, conforme proposto por Althusser (1985), dada a pluralidade e complexificação dos jogos de linguagem que se proliferam na organização social em termos de uma sociedade de controle<sup>6</sup>.

As formas de poder não estão dispostas de uma forma tão facilmente identificáveis no campo da discursividade, também não precisam ser desveladas por não estarem em uma condição estritamente ideológica no âmbito de uma falsa consciência. Elas produzem-se por meio da negociação de sentidos como diferenças constitutivas no campo da significação. Dessa forma, o poder não pode ser distribuído numa lógica ambivalente dada na estrutura de classes.

Em acordo com essa noção de poder, pode-se considerar que o Estado, a partir do movimento de reforma, organiza a sua atuação em acordo com o conceito de governança que se trata de um suposto conjunto de práticas democráticas e de gestão. Secchi sustenta que:

[...] a etiqueta “governance” denota pluralismo, no sentido que diferentes atores têm, ou deveriam ter, o direito de influenciar a construção das políticas públicas. Essa definição traduz-se numa mudança de papel do Estado (menos hierárquico e menos monopolista) na solução dos problemas públicos (2009, p. 359).

Essa concepção de agência do Estado vem conquistando espaços na produção e definição de políticas públicas, servindo de inspiração aos modelos e práticas educacionais. Na educação profissional, evidenciou-se inicialmente na proposta da gestão do Sistema S e, atualmente, vem influenciando a organização da educação profissional em espaços públicos, apresentando-se como uma combinação de boas práticas de gestão pública.

Na governança o Estado não perde sua relevância, porém desloca sua função fundamental da implementação para o desempenho das funções de coordenação e controle, tornando-se conforme Secchi, [...] “uma coleção de redes interorganizacionais composta por atores governamentais e sociais sem nenhum ator soberano capaz de guiar e regular” (2009, p. 360). Trata-se de uma nova concepção para o gerenciamento organizacional através de um Estado que governa a distância, inspecionando os sujeitos de formas cada vez menos visíveis e identificáveis.

Ball o denomina por Estado de avaliação, o qual “[...] apresenta um modo geral muito menos intervencionista, de regulação autorregulatória” (2010, p. 51), ocorrendo aí o abandono do Estado ao seu caráter provedor. Segundo Scott (1995, p. 80) “[...] o deslocamento da ênfase do Estado provedor para o Estado regulador estabelece as condições sob as quais vários mercados internos são autorizados a operar, e o Estado auditor a avaliar seus resultados.” Assim, considera-se que novas formas de abordagem sobre a agência do Estado resultam da proliferação dos jogos de linguagem e da multiplicação de significações em disputa no campo da discursividade.

Finalmente, as políticas educacionais orientadas pelo neoliberalismo interpelam os sujeitos a partir do que se pode compreender por *técnicas do eu*, que segundo Rose, constituem-se nas formas pelas quais somos capacitados, através das linguagens, dos critérios e técnicas que nos são oferecidos, para agir sobre nossos corpos, almas, pensamentos e conduta a fim de obter felicidade, sabedoria, riqueza, realização. Esse movimento acontece através da auto-inspeção, da auto problematização, do automonitoramento e da confissão, avaliamos a nós mesmos de acordo com critérios que nos são fornecidos por outros (Rose, 1998, p. 42-43).

---

<sup>6</sup> Costa declara que “[...] a sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto, [...] havendo aí, uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social” (Costa, 2004, p. 161).

Convergingo com essa complexidade Ball (2014) traz a tona a performatividade, a qual conforme o autor

[...] é a forma por excelência de governamentalidade neoliberal, que abrange a subjetividade, as práticas institucionais, a economia e o governo. [...] a performatividade convida-nos e incita-nos a tornarmo-nos mais efetivos, a trabalharmos em relação a nós mesmos, a melhoramos a nós mesmos e a sentirmo-nos culpados ou inadequados se não o fizemos (Ball, 2014, p.66).

Sobremaneira a agência do governo<sup>7</sup> opera através de uma “ação a distância sobre as escolhas dos sujeitos, forjando uma simetria entre as tentativas dos indivíduos para fazer com que a vida valha a pena para eles e os valores políticos de consumo, rentabilidade, eficiência e ordem social. O governo opera infiltrando, sutil e minuciosamente, as ambições do processo de regulação no interior mesmo de nossa existência e experiência como sujeitos” (Rose, 1998, p.43). Nesses termos, mais do que uma inspiração, o discurso neoliberal, através dos movimentos das práticas articulatórias, passa a disputar significações na produção das políticas públicas educacionais. Isto se dá através da luta constante por hegemonização no campo discursivo. Como bem esclarece Fairclough,

o neoliberalismo passou a dominar a cena política e tem resultado na desorientação e no desgaste das forças econômicas, políticas e sociais comprometidas com alternativas radicais. Tem contribuído, assim, para o fechamento do debate público e para o enfraquecimento da democracia (Fairclough, 2001, p. 7).

Lógica que insiste em enfraquecer sobretudo a própria proposta de educação básica e profissional que, segundo Soares, mesmo configurando-se “como direito conquistado na lei, tem sido negligenciado em alguns períodos da nossa história, e mesmo agora observa-se vários desafios que precisam ser superados para que essa modalidade de ensino se constitua como um direito efetivado” (Soares, 2011, p. 92).

Posto que até então, conforme Soares, tais políticas "se constituíram como políticas de governo não tendo nenhuma legislação que as tratou como política de Estado, e por isso elas não têm permanecido como direito garantido no país, já que a cada mudança de governo foram modificadas as políticas implementadas" (Soares, 2011, p. 94). Por fim, a compreensão estabelecida até então denota a necessidade de políticas institucionalizada de Educação profissional, ou seja, a qual tenha por base uma política de Estado, as quais não tenham mudança de discursos oficiais a cada troca de governo, sendo esses discursos vinculados à pressupostos de educação integralizada e que tenha como perspectiva a formação macro do cidadão e não apenas da reprodução e instrumentalização passiva e massiva das técnicas, num sentido de executá-las no mercado de trabalho.

#### 4. Considerações Finais

Diante do exposto, a discussão ora apresentada possibilita-nos concluir que o contexto de influência<sup>8</sup> de muitas das políticas educacionais brasileiras tem sido atreladas às reformas do próprio Estado brasileiro, e não somente a isto, mas uma tendência internacional que vem colonizando a educação mundial como um todo, reduzindo-a à reprodução de valores da cultura de mercado, nesse sentido, não cabe aqui elencarmos o economicismo em última instância, mas aos mecanismos de própria governança e subjetivação dos sujeitos.

---

<sup>7</sup> Foucault definiu o conceito de governo relacionando-o como formas de os indivíduos conhecerem e conduzirem a si mesmos e aos outros, envolvendo alguma forma de controle e direcionamento (Foucault, 1991). O estudo das estratégias de governo nas sociedades liberais avançadas, constituem o que se convencionou chamar de “escola da governamentalidade”.

<sup>8</sup> Compreende-se por contexto de influência refere-se ao lugar onde as “políticas são iniciadas e os discursos políticos construídos” (Mainardes, 2006, p. 51). Ainda conforme Lopes e Macedo (2011) “é o território em que são hegemonizados os conceitos mais centrais da política, criando-se um discurso e uma terminologia próprios que visam a legitimar a intervenção. Nesse contexto, são estabelecidos os princípios básicos que orientam as políticas, em meio a lutas de poder nas quais os atores são desde partidos políticos, esferas do governo, a grupos privados e agências multilaterais, como comunidades disciplinares, instituições e sujeitos envolvidos na propagação de ideias oriundas de intercâmbios diversos. Como os interesses de diferentes atores são muitas vezes conflitantes, trata-se de um contexto complexo de luta por hegemonia” (Lopes & Macedo, 2011, p. 257).

Tal governança tem conduzido o trabalho docente à intensificação e precarização, acentuando-se aqui o apelo à lógica neoliberal, que muito além de um pensamento econômico pode ser entendido como um modelo de vida e perpetuação de uma sociedade neoconservadora. Assim, conforme Bernstein, aqui opera um “discurso cada vez mais especializado e separado”<sup>9</sup>, ocasionando uma ruptura entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido (1990, p. 218). Dessa maneira, a educação implica em um processo de desumanização, como se

o conhecimento e os conhecedores atuassem em mercados independentes. No entanto, tais declarações operam na lógica do controle simbólico, ou seja, são reguladas por um conjunto de agências e agentes que se especializam nos códigos discursivos das instituições que dominam. Tais agentes regulam os meios, os contextos e as possibilidades dos recursos discursivos (Bernstein, 1990, p. 190).

No que tange à estrutura curricular, pode-se observar que as reformas educacionais instauradas no país a partir da década de 1990 apresentam, segundo Berenblum,

[...] a defesa de uma concepção otimista acerca da educação, centrada na exaltação de suas virtudes, tanto como garantia de superação da miséria e do atraso em nível nacional, contribuindo para situar os países numa posição mundialmente mais competitiva, quanto como certificado de ascensão social dos indivíduos. Ao mesmo tempo se registra uma forte ênfase na construção de uma escola que vise à formação para uma nova cidadania, entendida como a capacidade de se “adaptar de forma flexível e produtiva” aos requerimentos que exige a nova sociedade do conhecimento. A escola deve fornecer os conhecimentos, as destrezas, enfim, as “competências” necessárias para que essa adaptação possa ser realizada (Berenblum, 2003, p. 163).

Nessa proposta curricular percebe-se o apagamento da ação dos professores e demais sujeitos da comunidade escolar nas decisões e escolhas a serem tomadas. Os conteúdos selecionados para preencher as grades curriculares das escolas são previamente desenvolvidos fora do contexto escolar, geralmente com a intervenção de organismos internacionais.

Diante de tal conjuntura, expressa-se a necessidade de maior autonomia por parte dos docentes e menor controle sobre a participação da comunidade escolar na tomada de decisões dos sujeitos inseridos no processo educativo. Nesse sentido, uma educação libertadora seria aquela que abre espaços para a democratização dos processos de ensinar e aprender, esta seria uma valiosa alternativa para rompermos com a lógica vigente.

Por fim salienta-se que a pesquisa irá continuar acerca da temática, afim de melhor analisar às políticas educacionais postas acerca do trabalho docente na educação profissional e tecnológica (nomenclatura oficial), buscando realizar a análise com recorte temporal atual, visando corroborar e compreender as principais modificações que ocorreram nos discursos oficiais dos contextos de influência e produção do texto de tais políticas.

## Referências

- Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*. (2a ed.) Ed. Graal.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Ed. Cortez.
- Apple, M. W. (1989) *Educação e Poder*. EdArtes Médicas.
- Ball, S. J. (2010). Performatividade e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e Realidade*. 35(2), 37-55.
- Ball, S. J. (2014). *Educação Global S. A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ed. UEPG.
- Ball, S. J., Maguire, M., & Braun A. (2021) *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. (2ª ed.) Ed. UEPG
- Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. (5ª ed.) Ed. Edições 70.

---

<sup>9</sup>Bernstein considera uma disciplina um discurso separado, especializado, com seu próprio campo intelectual de textos, práticas, regras de admissão, modos de exame e princípios de distribuição de sucesso e privilégios. O autor acrescenta ainda que elas são orientadas para o seu próprio desenvolvimento e não para aplicações fora delas mesmo (Bernstein, 1990, p. 218).

- Bernstein, B. (1990). *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. (2ª ed.) Ed. Vozes.
- Berenblum, A. (2003). *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Ed. Autêntica.
- Brasil (1996). *Lei da Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Brasil (2008). *Lei dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*.
- Dagnino, E. (2004). Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. Grimson, A. *La cultura en las crisis latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Ed. UNB.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3a ed.) Ed. Artmed.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a ed.) Ed. Atlas.
- Harvey, D. (2008). *Neoliberalismo: história e implicações*. Edições Loyola.
- Hypolito, A. M., & Pizzi, L. C. V. (2002). Reestruturação educativa e trabalho docente: autonomia, contestação e controle. Hypolito, A. M. *Trabalho docente: formação e identidade*. Ed. Seiva Publicações.
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2011). Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. Ball S. J. & Mainardes, J. (org.) *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. *Revista Educação & Sociedade*, 27(94) 47-69.
- Maués, O. C. (2003). Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. Goncalvez, L. A. *Currículo e políticas públicas*. Ed. Autêntica.
- Rose, N. (1998). Governando a alma: a formação do eu privado. Silva, T. T. *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo de eu*. Ed. Vozes.
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 43(2), 347-369.
- Shiroma, E. O., Moraes, M. C. M. de., & Evangelista, A. O. (2007). *Política Educacional*. (4ª ed.) Ed. Lamparina.
- Soares L. (Org.). (2011). *Educação de jovens e adultos: o que revelam as pesquisas*. Ed. Autêntica.
- Sousa, O., & Alves (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos Funcamp*, 20(43), 64-83.